

A Degradação e a Autenticidade do Trabalho: Experiências e Significados Desiguais nas Classes Populares e Médias

*Alyson Thiago Fernandes Freire**

*Carlos Eduardo Freitas***

Resumo

Este artigo deriva da pesquisa empírica “Radiografia do Brasil contemporâneo”, realizada entre os anos de 2015 e 2016 junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Abordamos a desigualdade entre as classes sociais a partir da problematização do modo como essas vivem e se relacionam subjetivamente em seu cotidiano e ao longo de suas biografias com o mundo do trabalho. Por meio de entrevistas em profundidade com indivíduos das classes populares e também com integrantes das classes médias, discutimos como as experiências vividas e significados atribuídos ao trabalho apresentam conteúdos contrastantes e profundamente desiguais quanto às formas de inserção, sentido, trajetória e identidade. Sustentamos, no artigo, a tese segunda a qual a esfera do trabalho brasileira se caracteriza, em grande medida, como um domínio de rotinização de experiências de não-reconhecimento, violência e desclassificação social contra as frações mais destituídas das classes populares.

Palavras-chave: Classes sociais. Trabalho. Desigualdade Social. Experiências sociais.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: alyson.freire@ifrn.edu.br

** Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Doutor pelo Programa Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. E-mail: carlos.kadufreitas@gmail.com

The Degradation And Authenticity of Labour: Experiences and Unequal Meaning in Lower Classes and Medium

Abstract

This article is derived from empirical research “Radiography of contemporary Brazil”, carried out between the years 2015 and 2016 by the Institute of Applied Economic Research (IPEA). We address the inequality between social classes from the way questioning how they experience and relate subjectively in their daily lives and throughout their biographies with the world of labour. Through in-depth interviews with individuals of the lower classes and also with members of the middle classes, we discussed how the experiences and meanings attributed to work have contrasting and deeply unequal content on ways to insert meaning, trajectory and identity. We argue in the article, the thesis which the sphere of Brazilian labor is characterized largely as a routinization domain of non-recognition of experiences, violence and social disqualification against the most deprived fractions of the lower classes.

Keywords: Social Class. Labour. Social Inequality. Social Experiences.

Degradación y Autenticidad del Trabajo: Experiencias y Significaciones Desiguales en Clases Populares y Medias

Resumen

Este artículo deriva de la investigación empírica “Radiografía del Brasil contemporáneo”, realizada entre los años 2015 y 2016 en el Instituto de Investigación Económica Aplicada (IPEA). Abordamos la desigualdad entre las clases sociales a partir de la problematización de la forma en que experimentan y se relacionan subjetivamente en su vida cotidiana y a lo largo de sus biografías con el mundo del trabajo. A través de entrevistas en profundidad con individuos de las clases populares y también con miembros de las clases medias, discutimos cómo las experiencias y los significados atribuidos al trabajo presentan contenidos contrastantes y

profundamente desiguales con respecto a las formas de inserción, significado, trayectoria e identidad. En el artículo, apoyamos la tesis según la cual la esfera laboral brasileña se caracteriza, en gran medida, como un dominio de rutinas de no reconocimiento, violencia y descalificación social contra las fracciones más desfavorecidas de las clases populares.

Palabras clave: Clases sociales. Trabajo Desigualdad social. Experiencias sociales.

Introdução

Ao longo da história das Ciências Sociais, o trabalho tem sido uma fonte das mais fecundas para estudar e compreender a realidade social. Em particular nas sociedades modernas, o trabalho se tornou um dos domínios mais relevantes e significativos da experiência social. Como escreveu Robert Castel: “há pelo menos dois séculos, toda a nossa organização social gravita em torno do trabalho” (Castel, 2004, p. 263). Não é por acaso que, como ricamente mostrou o pensamento sociológico clássico, o trabalho seja entendido como uma atividade estruturante do mundo moderno. Sua influência inarredável está, de um modo ou de outro, nas assimetrias e disputas sociais e políticas que o sacodem (Marx, 2013), nos laços sociais que o sustentam (Durkheim, 1999) e nas crenças morais e modos de ser que o singularizam culturalmente (Weber, 2004).

Também a sociologia brasileira tem no trabalho uma das principais chaves para estudar a história, os dilemas e as mudanças sociais da sociedade brasileira. À luz dos estudos sobre o trabalho e os trabalhadores, a ciência social brasileira discutiu tópicos e questões fundamentais, como: o problema do desenvolvimento e seus diferentes padrões, as tensões e imbricações entre rural e urbano na formação nacional, a persistência da desigualdade social, os efeitos subjetivos da mobilidade social, as relações de dominação entre Estado e sociedade, as dinâmicas de poder e desigualdade de gênero e raça, os impactos das mudanças de pa-

drão de regulação do trabalho, entre outros (Verás de Oliveira, Ramalho & Rosenfield, 2019)¹.

No pensamento sociológico contemporâneo, a constatação da importância do trabalho continua sendo validada e atestada². Por exemplo, nos estudos que destacam o inter-relacionamento entre trabalho e os padrões de normatividade e princípios de justiça fundantes da sociedade moderna (Castel, 1998; Boltanski, 2009; Honneth, 2015). Outras pesquisas, por sua vez, exploram o nexo entre as contradições e dilemas da experiência social e subjetiva do trabalho e as reconfigurações econômicas e políticas no mundo contemporâneo (Bourdieu, 1997; Sennett, 2005; Paugam, 2007).

As diferenças e desigualdades de classe também têm no trabalho um campo organizador; por isso, relevante para a sua apreensão sociológica. Com o objetivo de ilustrar empiricamente o argumento macrosociológico acerca da seletividade e da desigualdade constituintes da esfera do trabalho na sociedade brasileira, abordamos, neste artigo, as experiências e sentidos vividos das classes sociais com o mundo do trabalho. Por meio de um conjunto de relatos de vida (Bertaux, 2005) colhido em entrevistas em profundidade com trabalhadores das porções mais destituídas das classes populares³ e

1 Os autores, aliás, realizam um atual e consistente balanço bibliográfico sobre a trajetória histórica da sociologia do trabalho no Brasil, destacando períodos, temas e perspectivas teóricas. Para mais detalhes ver: Verás de Oliveira, Roberto; Ramalho, José Ricardo; Rosenfield, Carla, 2019.

2 A despeito de um breve, mas incisivo, momento de franco questionamento da centralidade do trabalho na vida social (Gorz, 1982; Offe, 1989), sociólogos e outros estudiosos contemporâneos reafirmam, com vigor e originalidade, a importância do trabalho na atualidade (Dejours, 1998; Castel, 1998; Antunes, 2000).

3 No Brasil contemporâneo, estamos nos referindo às frações das classes populares que laboram dentro e fora do âmbito do trabalho assalariado na condição de subempregados, trabalhadores manuais de pouquíssima qualificação e autônomos precários e informais, tais como “flanelinhas”, lavadores de carro, catadores de lixo, carroceiros, “moradores de rua”, empregadas domésticas, pescadores, marisqueiras e pequenos lavradores posseiros, cortadores de cana, arrebanhadores, auxiliares de serviços gerais, entre outros. Trata-se de trabalhadores de subsistência cuja atividade laboral padece de forte depreciação econômica e social (Figueiredo Santos, 2009 e 2010).

também com integrantes das classes médias⁴, analisamos como as assimetrias de classe se revelam nas formas de inserção, trajetórias, significados atribuídos e experiências diferenciais com o trabalho.

Com isso, esperamos apresentar um diagnóstico sociológico acerca de como trabalhadores de classes populares e médias vivem e se relacionam subjetivamente em seu cotidiano e ao longo de suas biografias com o mundo do trabalho. Seguimos, então, uma finalidade comparativa, que, prestando mais atenção nas frações mais vulneráveis e destituídas das classes populares, ou seja, no trabalho visto de baixo, examina as experiências sociais dos indivíduos das classes médias com o trabalho com o fito de fazer sobressair os contrastes significativos existentes nas formas de inserção, significado, trajetória e identidade.

Os argumentos gerais desenvolvidos no artigo se encontram divididos em três seções. Na primeira, explicitamos algumas informações metodológicas sobre a condução da pesquisa empírica que fundamenta nossa análise. Na segunda, discorreremos, grosso modo, sobre as principais características da formação da esfera do trabalho no Brasil numa perspectiva mais histórica. O intuito é articular um argumento macrosociológico acerca da desigualdade e violência de classe estruturantes da construção e reprodução da esfera do trabalho capitalista na sociedade brasileira. Na terceira e principal parte do artigo, analisamos, de modo mais detido e aprofundado, as experiências vividas com o mundo do trabalho, colhidas e relatadas nas entrevistas. Por

4 Por classes médias, definimos as camadas sociais, na sociedade brasileira, cujas condições objetivas, oportunidades, disposições de comportamento, estilo de vida e trajetória social possuem forte relação com a aquisição e concentração do capital cultural e escolar, sendo esse seu principal capital para a reprodução social (Souza, 2010). Por isso, tomamos como referência também características ocupacionais dos indivíduos e de seus pais: profissionais de ensino superior em funções de alta qualificação no setor privado e/ou funcionalismo público, autônomos especialistas em profissões liberais (advogados, psicólogos, médicos, engenheiros), funções gerenciais especializadas, entre outras.

último, finalizamos nossa análise com uma crítica às noções de “*habitus* precário” e “ralé estrutural” do sociólogo Jessé Souza.

Metodologia e investigação empírica

As análises apresentadas neste artigo devem ser entendidas como um recorte sintético de uma investigação sociológica mais ampla sobre as classes sociais no Brasil. Elas derivam da pesquisa nacional “Radiografia do Brasil contemporâneo”, realizada entre os anos de 2015 e 2016 junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). De modo resumido, a partir da reconstrução do percurso biográfico e da trajetória social de perfis individuais de classes populares, médias e altas, o objetivo geral da pesquisa consistiu em identificar as disposições de comportamento, os valores e as crenças estruturantes dos *habitus* de classe existentes na sociedade brasileira, examinando as experiências socializadoras em diversos domínios institucionais (família, escola, trabalho, consumo, relacionamentos, entre outros) e seus efeitos diferenciais na constituição das disposições, práticas e adesões (Bourdieu, 2007; Lahire, 2006).

Para os interesses específicos do estudo aqui apresentado e objeto deste artigo, do banco geral de interlocutores e de transcrições dos perfis entrevistados na pesquisa “Radiografia do Brasil contemporâneo”, extraímos uma amostra de 120 perfis individuais⁵ e realizamos uma distribuição e agrupamento dos entrevistados em duas grandes tipologias de classe: “classes populares”

5 Os entrevistados que compõem a amostra foram selecionados nas cidades de Recife (PE) e Natal (RN). Além dos autores do presente artigo, as entrevistas foram realizadas também pelos pesquisadores Andressa Morais e Fábio Liberal. Dois critérios foram considerados na decisão de se trabalhar somente com os entrevistados nessas regiões. Em primeiro lugar, o acesso mais fácil aos pesquisadores responsáveis pelas conduções das entrevistas, o que permitiu discutir com eles acerca do conteúdo das entrevistas e das etnografias. Em segundo lugar, a proximidade com os próprios entrevistados, o que possibilitou aos pesquisadores realizarem retornos ao campo empírico.

e “classes médias”. Orientados por uma concepção sociocultural de classe social, e que toma essa como um construto desenvolvido no processo da pesquisa, reunimos os entrevistados nas tipologias acima com base na identificação de condições e recursos materiais, sociais e culturais relativamente partilhados e comuns, em especial indicadores relativos à escolaridade e à ocupação dos entrevistados e dos pais. Como defendem diversos sociólogos, as condições materiais e recursos socioculturais de existência modelam e condicionam diferencialmente as oportunidades de vida, as experiências sociais, tipos de socialização, disposições de ação, representações e estilos de vida (Weber, 1982; Bourdieu, 2007).

Em relação ao procedimento analítico-interpretativo, adotamos uma abordagem comparativa e multissituada da “experiência vida” (Paugam, 2015) com o mundo do trabalho, interpretada à luz das premissas básicas da sociologia disposicionalista (Bourdieu, 2007; Lahire, 2006), quais sejam: conceber os indivíduos e as classes sociais como agentes constituídos por meio de processos de socialização e examinar como o social e as experiências socializadoras diversas se depositam sobre os corpos dos indivíduos constituindo disposições de condutas, práticas e representações.

Nesse sentido, as experiências e significados desiguais com o trabalho constituem, com efeito, uma via analítica fértil para abordarmos as diferenças e desigualdades sociologicamente relevantes e estruturantes entre as classes sociais.

Realizamos, então, entrevistas em profundidade para acessar os contextos sociais de formação das práticas, crenças e experiências dos agentes das “classes populares” e das “classes médias” com o domínio do trabalho. E, seguindo Daniel Bertaux (2014), lançamos mão dos “relatos de vida” para abordar mais diretamente o tema do trabalho. Em vez da reconstrução da história de vida dos indivíduos em sua totalidade, nos concentramos nas narrativas e relatos acerca de uma dimensão específica de suas

trajetórias biográficas. Isso não significa que, metodologicamente, história de vida e relatos de vida se oponham como procedimentos distintos: como ressalta Bertaux, “não é necessário que uma história de vida seja ‘completa’ para se que possa chamá-la de história de vida” (Bertaux, 2014, p. 261).

Apoiados em ambos os procedimentos, tentamos compreender os modos como as classes vivenciam e significam diferencialmente suas experiências de trabalho. Portanto, enfatizar e colher nas biografias dos agentes os relatos que dão conta de suas interações vividas com o trabalho, os significados atribuídos, os valores, as expectativas profissionais, as situações de conflitos, crises e rupturas, as lógicas de socialização e aprendizagem. Para isso, consideramos fundamental mapear as experiências de socialização e interação nos diferentes domínios institucionais da família, escola e, principalmente, mercado de trabalho para identificar as fontes e condições geradoras de disposições, sentimentos e percepções acerca do trabalho.

A seletividade e a precariedade estrutural da esfera do trabalho no Brasil

Em sociedades de modernização seletiva e periférica (Souza, 2000; 2006), como o Brasil, em que a constituição da cidadania é um processo lento, instável e fortemente desigual, as desigualdades de classe se fazem perceber nos mais diversos contextos de ação. No caso da esfera do trabalho, elas se mostram tanto nas disparidades de qualificação e de rendimentos, nas diferenças de condições laborais, nos deficits de cobertura da proteção legal, nos padrões de transição ocupacional, nas formas contratuais típicas, quanto nas assimetrias de estima e reconhecimento social de atividades e identidades do trabalho.

A pesquisa do sociólogo Adalberto Cardoso (2010) sobre a construção da sociedade do trabalho no Brasil é, provavelmente, o

estudo que, de maneira mais densa e fundamentada, tenta demonstrar o vínculo estruturante entre trabalho, dominação e desigualdade na formação histórica nacional. Para o autor, desde o início, a sociabilidade capitalista e a construção político-institucional em nossas terras se orientaram – e se sustentaram em – por padrões institucionais de dominação e degradação do trabalho.

A escravidão, verdadeiro fato social total em nossa formação social, é a instituição mais importante para compreender a construção e as principais características da esfera do trabalho no Brasil. A herança histórica da escravidão imprimiu sobre o trabalho na sociedade brasileira consequências objetivas e significados muito profundos e duradouros. Ela produziu uma concepção negativa do trabalho manual pesado, uma desvalorização extrema de seus trabalhadores, institucionalizou um padrão de violência na administração da força de trabalho e, por último, legou um grande excedente de trabalhadores pouco qualificados no campo e na cidade, os quais sempre foram vistos com suspeitas e preconceitos quanto a suas capacidades, desempenho e disposição para formas modernas de trabalho (Cardoso, 2010).

Cada uma dessas consequências acima, que possui íntima relação com a escravidão, foi estruturante de aspectos centrais e persistentes da formação do mundo do trabalho nacional, tais como a naturalização do processo intensivo de trabalho para trabalhadores pobres e de menor qualificação, a reiteração da violação de direitos, os baixos rendimentos salariais, a indiferença com as condições laborais de precariedade e insegurança, as desigualdades e discriminações raciais no mercado de trabalho, o inchaço do “setor informal”, entre outros. Esses fenômenos exprimem, além de tendências históricas, os consensos normativos acerca do valor diferencial do trabalho e dos trabalhadores, quer dizer, o seu status de reconhecimento socialmente seletivo e desigual.

Já nas primeiras tentativas de regulação mais formal do trabalho, a seletividade e a desigualdade atuavam como forças organizadoras. Por exemplo, as chamadas “Leis de Locação de Serviço” de 1879 estabeleciam modos diferentes de tratamento para o escravo, o trabalhador livre “nacional” e o imigrante estrangeiro (Gebara, 1986). A lenta e gradual transição do trabalho escravo para o trabalho livre não transformou a hierarquia de privilégios, lugares sociais e preconceitos inscritas na escravidão. Em nome da “liberdade do trabalho”, consagrada pela Constituição da Velha República, os empregadores, nas fábricas, comércios e casas de família, agiam quase como sujeitos soberanos sobre os seus empregados. Seu poder e arbítrio para estabelecer a disciplina do trabalho, isto é, os ritmos de produtividade, a extensão da jornada, os valores salariais, as penalizações e dispensas, eram fortemente assimétricos, coercitivos e não-regulamentados (Prado Junior, 1985, p. 202; Cunha & Gomes, p. 2007, p. 11).

O pós-abolição e a penetração mais incisiva do capitalismo moderno no Brasil resultaram, de fato, num mercado de trabalho livre e capitalista mais concreto e efetivo. Mas, ainda assim, fragmentado, parcial, híbrido e regionalizado. A esfera do trabalho, nas primeiras décadas do século XX, foi construída sob o monopólio de um liberalismo amesquinhado, autoritário e repressivo na relação com o trabalho e com a questão social (Vianna, 1976) – os projetos e ações repressivas contra a ociosidade e mendicância no final do século XIX e contra as greves operárias nas primeiras décadas do século XX, as medidas de expulsão do país de estrangeiros que estimulassem movimentos contra a “ordem pública” são alguns exemplos. Para as elites dirigentes do período, a massa de trabalhadores pobres não possui lugar e valor no projeto de construção de uma nação moderna e civilizada nos moldes europeus. São, antes, um problema social e moral que deve ser resolvido pelo controle e disciplina para o trabalho (Kowarick, 1987).

Sem absorver a força de trabalho disponibilizada pelas novas condições políticas e socioeconômicas, o estabelecimento do

mercado de trabalho livre no Brasil caracterizou-se mais pelo desperdício de mão de obra do que por sua utilização produtiva, principalmente quando enfocamos a população adulta do Nordeste do país, fartamente disponível e ignorada (Furtado, 1977; Barbosa, 2008). Por isso, como destaca o estudo de Alexandre Freitas Barbosa sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil, mais impressionante do que a posição diferencial da classe trabalhadora na estrutura social ou sua formação incipiente em nossa história, é, na verdade, o seu reduzido peso funcional – o que, por sua vez, “se coaduna com a existência de uma imensa massa de subproletários” (Barbosa, 2008, p. 246), traço congênito não apenas da construção e dinâmica do mercado de trabalho nacional, mas das contradições sociais e políticas mais profundas e persistentes da sociedade brasileira.

Temos, com efeito, nesse primeiro momento, uma esfera de trabalho fortemente desregulada e marcada pela insegurança socioeconômica para essa “massa de subproletários” e todos mais que dependem do trabalho para sobreviver. A instauração de um conjunto de direitos trabalhistas e sociais a partir dos anos 1930 e 1940 com o período Vargas e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) manteve a seletividade social e sua insuficiente cobertura não foi capaz de alterar significativamente a situação de insegurança socioeconômica do trabalho. Como é sobejamente conhecido, setores rurais e segmentos urbanos que viviam de atividades ocasionais e intermitentes ficaram à margem das garantias sociais e legais dos novos instrumentos regulatórios. O que, na prática, representava que a imensa maioria dos trabalhadores não tinha acesso ao sistema de proteção social. Para os estratos mais vulneráveis e marginalizados das classes populares, a “cidadania regulada” (Santos, 1979) sempre foi, com efeito, um horizonte de difícil assunção.

Desse modo, diferentemente do que ocorreu nas sociedades europeias que experimentaram uma configuração societária em que o mercado capitalista foi organizado e regulado por sistemas

de proteção social e pela “norma salarial”, a sociedade brasileira não seguiu o caminho de uma sociedade organizada a partir do trabalho como fonte de integração e reconhecimento social⁶. As grandes mudanças estruturais na economia brasileira, que têm início na década de 1950, não foram acompanhadas de modificações e orientações legislativas robustas e politicamente fortes para alçar o bem-estar social e o estatuto do emprego e do trabalho ao status de bens coletivos relativamente autônomos, como ocorreu no pós-guerra em muitos dos países da modernidade central (Castel, 1998).

Segundo Cardoso, em termos de empregos, o Brasil sequer foi uma sociedade industrial. Mesmo quando a indústria, setor gerador das melhores ocupações, tornou-se o principal motor de acumulação capitalista nacional, ela não chegou a empregar nem um terço dos brasileiros (Cardoso, 2010, 2013). Somente um segmento restrito de trabalhadores mais qualificados foi que, de fato, desfrutou de posições mais rentáveis, estáveis e com alguma proteção social geradas na esteira da industrialização desenvolvimentista (Guimarães, Agier & Castro, 1995).

A despeito das alterações estruturais e demográficas, o mercado de trabalho brasileiro, em suas tendências mais duradouras e amplas, foi sendo construído com baixo assalariamento, ampla informalidade, elevada rotatividade, hibridismo de formas salariais e não-salariais, uso intensivo e abusivo da força de trabalho

6 Apesar da industrialização e urbanização a todo vapor, até a metade do século XX, o Brasil contava com mais de 50% de sua população composta por analfabetos, e, mesmo com a queda do analfabetismo nas décadas seguintes, a maioria dos trabalhadores ocupados não possuíam sequer o ensino fundamental completo (Ferraro, 2003). A baixa escolaridade entre os trabalhadores pobres urbanos e a escolarização como um bem social quase que exclusivo das camadas médias urbanas foram, durante todo o século XX, uma regra. Em condições de não-universalização e de disparidades de qualidade educacional, o sistema escolar funcionou muito mais como um mecanismo de seletividade e fechamento social do mercado de trabalho para os mais pobres ao assegurar, sobretudo, às classes médias as credenciais educacionais e profissionais habilitadoras do acesso a postos de trabalho mais qualificados e protegidos (Cardoso, 2010, p. 272-280).

e desigualdade de rendimentos (Barbosa, 2008; Cardoso, 2010). Não é fortuito, com efeito, que para alguns analistas a característica histórica central do mercado de trabalho brasileiro seja a de “desorganização estrutural” (Gimenez & Krein, 2016).

O processo de modernização brasileiro, durante a maior parte do século XX, obedeceu a um modelo concentrador de desenvolvimento, uma industrialização insuficiente do emprego e regimes conservadores e excludentes de política social cujas poucas e básicas garantias sociais estavam restritas àqueles inseridos no mercado formal de trabalho (Arretche, 2015). Desse modo, é razoável sustentar que a precariedade é parte integrante da construção do mundo do trabalho nacional, mantendo-se e transformando-se com as próprias alterações nas dinâmicas socioeconômicas e padrões de regulação do trabalho ao longo da história do Brasil. A experiência de precariedade no mercado de trabalho brasileiro pode ser concebida como um fenômeno “estrutural”, persistente e continuado nas vidas produtivas de um amplo espectro de trabalhadores.

Tem-se, então, uma trama que enreda no processo histórico: desvalorização do trabalho manual, um subproletariado brutalizado e permanente, baixo grau de proteção social, restrição de acesso educacional e instabilidade e precariedade das oportunidades ocupacionais para proporção significativa da população brasileira. Conseqüentemente, o produto dessas condições estruturais excludentes da dinâmica histórica e sociológica da esfera do trabalho no país é exatamente constituir e reforçar uma estratificação social profundamente desigual entre as classes sociais e implacavelmente perversa, violenta e injusta para os “de baixo”. Todos esses fatores, somados com a indiferença social quanto à condição de subcidadania dos trabalhadores pobres, fincam, de uma só vez, as principais bases sociológicas da singularidade das classes, da esfera do trabalho e da construção institucional e política no Brasil quanto à questão da desigualdade social.

O mais importante para o nosso argumento é concluir que todas as mudanças sociais, econômicas e políticas que acompanharam a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e mais regulado não fizeram da esfera do trabalho uma esfera universal de integração e proteção social e, muito menos, de emancipação para os segmentos mais pobres e destituídos da sociedade brasileira. Historicamente, para milhões de brasileiros, na verdade, as expectativas de recompensas do trabalho reduzem-se a uma luta renhida pela sobrevivência, isto é, obter tão somente o necessário para manter a si e seu grupo familiar vivos (Cardoso, 2010). Nesse sentido, a reprodução social da subcidadania e da “ralé estrutural” (Souza, 2006, 2009) tem, certamente, como uma de suas principais condições institucionais as disposições de seletividade, precariedade e antissocial da construção da esfera do trabalho brasileiro.

Na próxima seção, a análise das entrevistas que realizamos explora exatamente os desdobramentos, no campo dos significados, das atitudes e das experiências subjetivas e sociais com o trabalho, do diagnóstico e da breve reconstrução histórica esboçada acima. Iremos apresentar e discutir algumas experiências vividas dos indivíduos das classes populares e médias que entrevistamos. Nelas, podemos verificar a materialização empírica e prática das contradições que discorreremos aqui em escala macrossociológica com respeito à formação histórica da esfera do trabalho no Brasil, principalmente o caráter desigual das inserções, experiências e significados.

As experiências do trabalho nas classes populares e nas classes médias

A apreensão dos sentidos vividos e das significações que os indivíduos atribuem a suas trajetórias, experiências e dramas pessoais com o trabalho, isto é, a análise em escala microssociológica, é importante tanto para compreender os efeitos objetivos dos

quadros sociais e históricos da desigualdade social e do mundo do trabalho quanto seus efeitos de subjetivação sobre as biografias. Avaliados em seu conjunto, esses efeitos permitem uma relevante perspectiva analítica sobre as vantagens e desvantagens de classe subjacentes à dinâmica social do mundo do trabalho, as quais são, a nosso ver, uma dimensão essencial na reprodução de um padrão institucional de dominação fortemente desigual e excludente como ocorre na sociedade brasileira.

A experiência do trabalho para as camadas populares mais de-serdadas dos capitais econômicos e culturais é marcada pelo signo da precariedade, a qual incide em diferentes registros de sua relação com o trabalho. Não se trata apenas de uma precariedade de origem, derivada de uma socialização familiar deficitária na formação do *habitus* primário necessário às demandas sistêmicas da competição social. Mas de um circuito de experiências acumuladas de precariedade com o mundo do trabalho. Desde a sua inserção precoce (muitos casos ainda na infância e início da adolescência) na atividade laboral, a experiência do trabalho é vivida e sentida como necessidade:

Eu comecei a trabalhar com quatorze. Antes disso com doze, que eu já, até quando eu estudava eu já cuidava dos filhos dos outros, babá, pra qualquer comprar minhas coisinha, né, que meu pai e minha mãe não tinha uma renda boa. Maria, 24 anos, ambulante.

Talvez por conta da necessidade, que não é somente uma urgência material objetiva, mas também uma moral da utilidade, os trabalhadores mais pobres se encontrem imersos biograficamente em “ofícios de fortuna”; o que resulta numa experiência do trabalho descontínua, irregular e fragmentada, intercalada entre períodos de atividades fixas, bicos e desemprego, formalidade e informalidade. Essa descontinuidade, provocada pela alta rotatividade de empregos e ocupações, tem o poder de afetar os vínculos sociais nas mais diversas esferas, família, amiza-

de, trabalho, além de prejudicar os sentidos qualitativos do trabalho em termos de suas especificidades sociais e afetivas para o próprio indivíduo, tornando-o ao invés de um fundamento para laços sociais e para a identidade pessoal, algo mais ou menos descartável e indiferente a esse respeito:

Eu já trabalhei em padaria, já trabalhei em pizzaria, já trabalhei em feira, feira livre, já trabalhei de faxineira, eu trabalho em tudo que aparece. Como eu to dizendo, eu não posso me dá o direito de tá escolhendo em que eu vou trabalhar hoje, não. Apareceu um hoje, eu vou hoje. (Jaciele, 28 anos, Cozinheira Ajudante em marmitaria).

Nesse contexto, ao contrário das primeiras experiências e dos significados atribuídos ao trabalho nas classes médias, os indivíduos das camadas populares que entrevistamos experimentam o trabalho como “simples ocupação” sem valor de “vocação”. As especificidades qualitativas dos empregos e ocupações estão abaixo, em matéria de sentidos e motivações fortes do trabalho, da necessidade e responsabilidade de assegurar a sobrevivência do grupo doméstico. Garantir a sobrevivência, dispor de recursos econômicos mínimos para poder adquirir itens básicos de consumo, no entanto, não se esgota na mera reprodução da vida biológica e material. Essa necessidade da sobrevivência está revestida de senso de dignidade e de mostrar-se respeitável como grupo doméstico, o que é, como veremos mais à frente, ainda mais reforçado por meio de uma “ética do trabalho duro”.

A pressão das urgências materiais – somada aos elementos destacados acima – não se limita a tornar a natureza e a especificidade qualitativa do trabalho uma questão menor e secundária. Ela fragiliza o desenvolvimento e cultivo de atitudes prospectivas em relação ao tempo futuro. Disposição de comportamento, aliás, que possui no trabalho uma pré-condição essencial como atividade que permite abstrair o presente e colonizar o futuro, o qual não é passível de experiência direta.

O peso do presente e da necessidade, do “não deixar faltar nada”, “o ter comida em casa”, não apenas enraíza o foco da atenção temporal na concretude do presente e de suas urgências, mas torna a prática de suspensão de aspirações e projetos individuais futuros uma atitude recorrente na vida dos indivíduos. Assim, planos, metas, sonhos são adiados, abortados e, muitas vezes, esquecidos. O horizonte de planejamento dos indivíduos permanece, em larga medida, atado às carências básicas familiares com alimentação, saúde e moradia. O trabalho desqualificado diante das urgências materiais do presente frustra outras aspirações mais individualizadas dos sujeitos acerca dos seus próprios projetos de vida e subjetividades. Explicando porque desistiu de se matricular num cursinho preparatório para o vestibular, uma de nossas entrevistadas nos contou:

Porque quando eu fui fazer a inscrição, justamente lá em casa tava faltando as coisas. Ai eu disse: mãe, eu vou fazer minha inscrição. Ai ela disse: vá minha filha. Ai minha irmã pegou e disse: ‘Ana, lá em casa não tem nada. Mas mãe num me disse nada. Ela disse: pra não preocupar você, porque você ia fazer seu cursinho’. Ai eu disse: ‘não, não tem isso não. Ai peguei o dinheiro, meti a cara e fui fazer a feira’. (Ana, 26 anos, Empregada Doméstica).

Esse tipo de relação com a temporalidade duramente ancorada às urgências materiais do presente produz um tipo de vivência e experimentação com o futuro da ordem da interrupção e de uma projeção imaginária e vaga a qual nunca se realiza concretamente como o esperado em seus propósitos iniciais e pretendidos. Não obstante a violência social e a dor da frustração emocional da renúncia de projetos individuais, em muitos casos, a abdicação dos planos e projetos, no entanto, não se converte nos indivíduos em um pessimismo e ressentimento em relação à vida. Na verdade, como um conforto diante da impotência atual, o futuro é sempre imaginado como melhor que o presente. Aquilo que não se pode resolver agora se resolverá, de algum modo, mais

na frente. Essa concepção, digamos, mágica do futuro também foi observada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2001, p. 276) quando refletiu sobre a experiência temporal do subproletariado francês dos anos de 1990: “o poder sobre as oportunidades objetivas comanda as aspirações, logo a relação com o futuro”. Para os homens e mulheres “sem futuro”, a promessa de um futuro radicalmente diferente do presente se converte na expectativa subjetiva e uma das poucas esperanças capazes de assegurar alguma sustentação ontológica ao presente e suas míserias (Bourdieu, 2001).

Em contraste com a experiência dos “ofícios de fortuna”, em que as incertezas e mudanças constantes de trabalho impossibilitam o desenvolvimento da “perícia”, quando o que se aprende efetivamente é um “saber-fazer”, mas não uma “expertise”, nos interlocutores das classes médias, por sua vez, por conta do maior domínio do capital cultural e escolar, se verifica ainda a persistência do modelo de carreira, de socialização profissional. Esse proporciona uma ordenação coerente da história pessoal e da própria identidade a partir da carreira profissional numa narrativa mais linear em que o trabalho cumpre papel essencial para uma sensação de continuidade pessoal (Dubar, 1997):

Eu sou publicitário há 14 anos, eu atuo numa agência de propaganda, essa agência eu desde o começo do ano eu estou como sócio, já trabalhei em mais ou menos 14 anos numa outra empresa numa outra agência e desde o final do ano passado eu havia decidido sair pra fazer um mestrado, entre a decisão de já ter decidido sair e outras coisas apareceu a oportunidade de me tornar sócio dessa outra empresa, então desde o começo do ano eu estou atuando no quadro societário da empresa, estou indo para o nono ano (João Paulo, 37 anos, Publicitário).

Em outras palavras, o trabalho funciona como uma fonte de desenvolvimento, avaliação e ordenação da biografia e da identidade pessoal num continuum temporal mais ou menos coeso.

A sensação de continuidade e de crescimento pessoal está intimamente relacionada aos marcos biográficos da carreira e da própria trajetória profissional, assim como ao prestígio social logrado com a qualificação, aumentos na remuneração, bens adquiridos.

Desde o início, capital cultural e conhecimento especializado precocemente incorporados nos jovens das classes médias permitem a esses ingressos mais qualificados no mercado de trabalho. Se é verdade que esses ingressos precoces podem ser, muitas vezes, movidos por uma urgência material repentina, uma resposta a alguma ruptura familiar ou um desejo de independência, o tipo de relação estabelecido com os primeiros empregos se reveste de um caráter experiencial de aquisição de habilidades profissionais almejadas para um amadurecimento profissional ou para a própria independência. Como, por exemplo, no caso do médico e empresário entrevistado que, aos 17 anos quando entrou na faculdade de medicina, começou a trabalhar no ano seguinte como professor de Química, fato que o pai do mesmo não entendia:

Meu pai não queria, não entendia, mas eu ensinava não era por remuneração, nem pra fazer carreira, era para aprender. Aprender coisas como ter liderança, se expressar em público, ter autoconfiança. Eu era um jovem de 18 anos diante de uma sala com vários alunos onde todos era mais velhos do que eu, todos acima de 20 anos de idade. Então, essa trajetória me deu muita maturidade, espírito de liderança, autoconfiança, autoestima, capacidade de elaboração de raciocínio lógico, juízo de valor das coisas... A experiência de sala de aula foi muito relevante para lidar com que iria aparecer na minha vida mais à frente. (Saulo, 56 anos, Médico e Empresário).

Nesse caso, como em outros coletados, as primeiras experiências no mercado de trabalho são vividas como experiências de aprendizado, de crescimento pessoal e profissional e até mes-

mo lúdicas e de prazer. Os primeiros contatos com o mundo do trabalho são contextos de experiência de ativação de disposições individuais específicas, tais como a paixão pelo aprender e disposição à autonomia, que não são percebidas pelos agentes como produto de um treinamento social prévio e diferenciado ocorrido ao longo de sua história de vida e exercido cotidianamente por instituições sobre suas subjetividades, como a família e a escola (Lahire, 2002, 2004). Isso permite aos indivíduos afirmar, precocemente, sua autonomia e singularidade individual através da conquista de trabalhos qualificados temporários, tal como ser professor particular de música ou ensinar línguas estrangeiras:

Com 16 anos, fui professora de inglês na escola centro de cultura anglo americana, lá eu dei aula para turmas iniciantes, adolescentes, adultos e crianças. (...) eu comprei uma moto, não lembro assim, comprei telefone, comprei televisão... foi uma atividade prazerosa que me gerou a possibilidade de fazer outras coisas. (Michelle, 37 anos, Advogada).

Observamos, então, o trabalho experimentado e elaborado como desenvolvimento dos indivíduos e de seu “eu”, isto é, experiência para fomentar tanto sua autenticidade na expressividade pessoal de suas identidades particulares quanto a autonomia na satisfação de necessidades e conquista de status socioeconômico. A autenticidade, na cultura moral moderna, é um importante marcador de autorrealização, senso de vida plena, respeito e reconhecimento social – desejamos ser respeitados por nossas realizações e qualidades “pessoais” e admiramos pessoas que acreditamos ser indivíduos “singulares”, “talentosos” e “diferenciados” (Taylor, 1997).

Esse individualismo denso e ambivalente, a um só tempo expressivista e utilitarista, cultivado, nas famílias das classes médias, desde as primeiras interações da socialização familiar e escolar, proporciona uma apropriação mais apta e afeiçoada dos capi-

tais culturais e econômicos pelos indivíduos das classes médias numa sociedade cada vez mais moldada por formas flexíveis e conexistas de produção e interação (Sennett, 2007; Boltanski & Chiapello, 2009).

Em outros casos, encontramos o adiamento significativo do ingresso no mercado de trabalho, garantido pelo capital econômico familiar, com o objetivo de assegurar o máximo de qualificação educacional na forma de pós-graduação, intercâmbios internacionais, aprendizagem de idiomas, cursos preparatórios para concurso e, também, o autodescobrimento da vocação pessoal. Lucas, analista de sistemas, teve o seu primeiro emprego aos 29 anos, e, até então, nunca teve a carteira de trabalho assinada, como nos narrou:

(...) vivia de bolsa da universidade e da mesada dos meus pais. Eu não precisava me preocupar, sempre tivemos uma boa condição, e, lá em casa, estudar estava em primeiro lugar. Pude aproveitar essa boa condição financeira dos meus pais e a mente aberta deles... Daí viajei para fora, fui aprimorar o inglês, conhecer o mundo e saber o que eu queria para a minha vida. Quando voltei, há uns 8 anos, com mais bagagem e amadurecimento, foi que decidi que iria em busca de emprego, de uma carreira que me fizesse me sentir bem. (Lucas, 34 anos, Analista de Sistemas).

Outro caso emblemático sobre o poder do capital familiar na definição das trajetórias e experiências com o mundo do trabalho é o de Jorge, juiz de direito. Jorge começou sua carreira como técnico na Promotoria de defesa do idoso e da pessoa com deficiência e, em seguida, assumiu um cargo comissionado na Procuradoria Geral do Estado. No entanto, decidiu abdicar de um bom salário, estabilidade e um trabalho em que “aprendia bastante” para poder se dedicar integralmente ao seu projeto de autorrealização: ser juiz. Com orgulho e satisfação, ele nos narra o seu sacrifício e feito – mesmo longa, a transcrição é reveladora dos diversos privilégios de classe que não costumam ser percebidos como tais:

(...) eu tinha pouco tempo para estudar as matérias e temas específicos do concurso para juiz. E, sim, não gosto de cursinhos preparatórios para concursos. Meu estudo sempre foi em casa, sozinho. Então, o que acontecia, eu não tinha tempo, apareciam os concursos, fazia, mas não passava... Isso me desaminava porque eu estava percebendo que não estava me preparando da melhor forma. Então, tomei uma decisão: tenho que deixar o cargo de assessor para poder ter mais tempo de estudar. (...) pedi exoneração, inclusive o de técnico judiciário, que passei assim que terminei o curso de Direito em 2003... Como poupava parte do meu salário, junto com a ajuda dos meus pais, aluguei um flat, e usava o dinheiro para pagar o aluguel e custear as outras despesas. Fiquei quase um ano lá, estudando, estudando, saía pouquíssimo. Me preparei exaustivamente para passar, e consegui passar na primeira tentativa, depois dos insucessos anteriores. E, cá estou agora. Tive que abdicar de muita coisa, até de um ótimo salário como assessor. Muitos me chamaram de louco na época, mas foi necessário. Abdiquei de festas, de sair com amigos, você tem que saber postergar o que você gosta em pró de um projeto maior de vida. Mesmo com muito mais trabalho do que antes, posso aproveitar, e aproveitar sabendo que cheguei onde queria chegar, fazendo o que eu gosto de fazer. Realização, isso não tem preço. (Jorge, 36 anos, Juiz de Direito).

Mesmo as trajetórias educacionais e profissionais irregulares, e do ponto de vista da mobilidade não-exitosas, como o caso de Wallace, filho de arquitetos, a condição familiar privilegiada opera como uma estrutura de proteção contra a instabilidade e alta rotatividade do mercado de trabalho. Wallace, 35 anos, iniciou e não concluiu três faculdades diferentes, até terminar o curso de Administração. Trabalhou diversas vezes como estagiário, *trainee*, auxiliar administrativo em bancos privados, intercalando com períodos de só estudo para concursos e outros de inatividade laboral. Há quatro anos, por intermédio dos pais, que conheciam diretores de uma empresa, iniciou como vendedor de carros em uma concessionária, assumindo mais à frente o cargo de supervisor de um dos setores de venda de automóveis. Capital familiar e social foram decisivos para salvaguardá-lo dos efeitos deletérios de uma trajetória laboral titubeante e indecisa.

Retomando para as classes populares, o navegar incerto no mundo do trabalho tem outros desdobramentos, e, certamente, mais dramáticos. As primeiras experiências no mundo do trabalho costumam ser, muitas vezes, aviltantes e exaustivas. Como no exemplo de Elaine, que, lembrando seus primeiros empregos, nos contou a rotina árdua e predatória como lavadeira numa lavanderia de bairro de classe média:

(...) era muito puxado, trabalhava, é... Quando eu comecei, comecei à noite. Pegava às dez da noite e largava às seis da manhã. Mas como foi no início que eu entrei, aí tinha dias que eu pegava às dez da noite e só largava no outro dia dez, onze horas do dia. Teve vez já de largar até de uma hora da tarde, tinha dias que eu largava... Então era muito puxado. (Elaine, 31 anos, Desempregada).

A violação de direitos é outra marca das primeiras experiências com o mundo do trabalho. Como, por exemplo, no caso de Ana, que, com 16 anos para ajudar a mãe e a família após o falecimento da avó, começou a trabalhar como empregada doméstica sem carteira assinada. Perguntada sobre sua primeira experiência profissional, ela narra mais uma rotina de uso predatória da força de trabalho pelas classes médias:

Puxado. Porque era tipo como se eu fosse uma escrava. A mulher exigia muito, tinha que fazer de tudo na casa. Assim, como eu não tinha muita experiência, ela queria que eu fizesse muita coisa sem eu ter experiência. Aí eu disse: rapaz, num vai dar certo não porque a senhora é muito exigente, é a primeira vez que eu tô trabalhando, eu não sei de nada, pelo menos a senhora ter orientando, porque eu sou de menor, aí pronto, aí eu pedi mesmo pra sair. (Ana, 26 anos, Empregada Doméstica).

Se o uso predatório do corpo para o trabalho não corrói por completo, por assim dizer, o valor moral positivo do trabalho entre os trabalhadores pobres, o desgaste corporal intensifica a rota-

tividade e inviabiliza o engajamento em atividades de qualificação, as quais poderiam ampliar as perspectivas e oportunidades. Em vários casos, o cansaço por causa do trabalho extenuante foi levantado como razão para abandonar a escola ou não continuar cursos profissionalizantes iniciados.

Como assinalamos, a precariedade das classes populares no mundo do trabalho é agravada pela forma como, no Brasil, a sociedade de trabalho foi construída historicamente. Como bem observado por Adalberto Cardoso (2010), o “padrão fordista de transição escola-trabalho”, tão comum nas sociedades do capitalismo central, não foi a regra da dinâmica institucional da sociedade do trabalho em países como o Brasil. No lugar do padrão fordista de trajetória de vida (nascimento - socialização em família - entrada na escola - entrada no mercado de trabalho), em que há um intervalo temporal relativo entre cada momento da biografia individual, na maioria das classes trabalhadoras precarizadas encontramos a quase **ausência do intervalo temporal**, o que resulta na experiência precoce e concorrência quase simultânea e não-coordenada entre modos de socialização em múltiplos domínios institucionais.

Desde os meus sete anos, por necessidade. Quando chegava em casa não tinha nada, via a minha mãe passando apanhado, minha mãe trabalhou muito pra ganhar um prato de comer, pra dar de comer a quatro filho homi e duas menina, né. Então aquilo ali, eu fui fazendo aquilo, ajudando, indo pra sinal lavar para-brisa de carro, guardar vaga, entregar panfleto (Pedro, 29 anos, Flanelinha).

Foi também na mesma circunstância de viver na rua que Pedro teve suas primeiras experiências de trabalho. E aqui mais um contraste se verifica em comparação com as classes trabalhadoras em regime de vulnerabilidade social nos países da modernidade central, precisamente na experiência da “desqualificação social”. Enquanto que segmentos das classes tra-

balhadoras vivenciam a experiência da desqualificação e da desfiliação social (Castel, 1998) em consequência da crescente precariedade das suas condições de trabalho – subproduto da flexibilização e nova organização das relações de trabalho no capitalismo pós-fordista – a experiência da desqualificação social das frações mais destituídas das classes populares brasileiras não é sentida como “fragilidade interiorizada”, “crise de identidade” (Paugam, 2003, p. 48), consequente da “queda social”, mas muitas vezes como *amor fati*, como adesão ao inevitável e resignação diante de um trabalho árduo e percebido socialmente como sendo sem reconhecimento, mas que, mesmo assim, é necessário realizar:

(...) alguém tem que fazer isso, eu faço, tiro coisa que as pessoas jogam fora, eu dou um fim em coisa amontoada, vou recolhendo, por isso eu tenho um papel na sociedade, muita gente não quer, mas tem que ser feito.... é um trabalho digno. (Sebastião, 58 anos, Carroceiro).

Ou como registrado em outra entrevista:

Trabalhei com carteira assinada por três anos, há 15 que tô nesse ramo e não tenho do que me queixar. O trabalho é pesado, é, porque a gente anda muito, força muito, pega muito peso, mas há 15 anos atrás até agora tô sustentando minha família disso aí. (Paulo, 39 anos, Catador de Recicláveis).

A precarização do trabalho se naturaliza nas aspirações. Não é apenas a percepção de que com o passar dos anos e o avanço da idade as chances de lograr um trabalho assalariado formal diminuem drasticamente, mas o próprio desejo de sair desse mundo em que, para o bem e para o mal, aprendeu-se duramente a se adaptar. Adentrar em um outro universo profissional, com regras e rotinas bastante diferentes, reclama dos indivíduos um aprendizado subjetivo e social que muitos já não estão mais dispostos a realizar:

Vou sair por que? Já estou num ponto, de um jeito, que prefiro tá como estou, já conheço todo mundo, sei o que tem de ruim e o que tem bom. Não dá para mudar mais não. Querer a gente pode até querer, sonhar, é isso, assim (Moisés, 45 anos, Carregador de produtos agrícolas e mercadorias).

O significado da “ética da degradação do trabalho manual” (Cardoso, 2010) é assimilado precocemente nas experiências de desrespeito moral e legal à condição de trabalhador. Se, por um lado, a dignidade moral que o trabalho, mesmo os mais degradados, confere aos indivíduos é preservada, ainda que seja somente para o próprio trabalhador, por outro, a integridade moral sentida individualmente não é, no entanto, garantia de obter dos outros o reconhecimento social esperado pela condição de trabalhador:

(...) parece que tenho uma doença, as pessoas têm medo de chegar perto, de olhar, desviam da calçada, fingem que não vê. Algumas tentam disfarçar no olhar, mas eu não sou doído, vejo, eu vejo que tão com medo, pensando coisa de mim, que sou um ladrão, um noiado, um mendigo.... ninguém pensa que ali pode tá uma pessoa honesta, trabalhando, eu trabalho como qualquer outra pessoa, até mais, mas pra elas ninguém honesto mexe com resto, com lixo, só que elas não sabem que aquilo é lixo pra elas, não pra mim.... (Sebastião, 58 anos, Carroceiro).

Tem muita gente que discrimina, passa pela gente e... tô aqui na rua agarrado com aquilo [carroça de reciclagem] tem mulher que passa bota a bolsa debaixo do braço e abraça a carteira, como quem diz vai me roubar, entendesse... nem ligo. (Sinval, 39 anos, Catador de Recicláveis).

Sebastião insiste em sua honestidade: “tenho a consciência limpa, de que nunca fiz coisa errada, de vagabundo”. No entanto, enquanto erra e vagueia pelas ruas, seu trabalho, assim como sua aparência, lhe credita somente ser notado em termos negativos, como se, em suas palavras, portasse uma “doença” perigosa e contagiosa. Sua autoconsciência acerca da própria honestida-

de como trabalhador e “pessoa direita” que nunca fez nada de errado na vida não é suficiente diante da força da estigmatização moral que a pobreza, a miserabilidade e o trabalho desqualificado lhe impõem como uma verdadeira identidade abjeta e degradada. Assim, a experiência cotidiana do seu trabalho é transpassada pela sensação de vergonha e impotência por sentir que seus apelos normativos sobre sua identidade e caráter são negados e inúteis pela falta de consideração e apreço que seu trabalho suscita e induz nas pessoas.

No relato de outro trabalhador, vigilante terceirizado, encontramos a violência do não-reconhecimento e da desclassificação social, tanto em suas modalidades sutis e blasé quanto em suas formas mais cruas e diretas. As primeiras nas atitudes de indiferença social dos outros, e, as segundas, no rebaixamento moral da sua pessoa e dignidade com base em sua ocupação e emprego quando um “cliente”, exortando e admoestando o seu filho num tom de brincadeira sobre a importância de estudar para ser “alguém na vida”, apontava, sem maiores receios ou pudores, a condição do vigilante como uma prova de fracasso e castigo social:

Já trabalhei em banco, aí então, tem pessoas que tratam bem, e tem pessoas que discriminam, só no falar delas a gente percebe, no banco eu falava com algumas pessoas, elas nem olhavam na minha cara, outras fingia que não ouvia... teve uma vez que uma pessoa ficou brincando com o filho, sobrinho, sei lá, dizendo ‘e aí, fulano, você quer ser vigilante? Você quer ser vigilante?’. Quer dizer que a gente percebe, a gente sabe que não é um elogio que ele tá dando, ele quer é diminuir as pessoas, me diminuir. Isso foi só comigo não, aconteceu várias vezes. (Noel, vigilante, 47 anos).

Por mais que o trabalho, em termos genéricos, constitua fonte moral de estima social e autoestima, os relatos acima expõem a vulnerabilidade da integridade moral e psicológica dos indivíduos que se dedicam às atividades profissionais mais desvalorizadas socialmente. Essas experiências de desrespeito social e

de rebaixamento abalam fortemente nos indivíduos a “confiança emotiva” acerca das próprias realizações e capacidades, pois sentem que ao invés dessas serem reconhecidas como “valiosas”, “dignas” são, na verdade, diminuídas e menosprezadas pelos demais membros da sociedade (Honneth, 2003).

Do mesmo modo, o sentimento de preservação da integridade física também resulta atacado. A exposição da vulnerabilidade e a sensação da própria descartabilidade não são apenas profissionais, isto é, do posto de trabalho que, a qualquer momento, pode ser suprimido, mas, em muitas ocupações, física e da própria vida:

É, né, a gente tá desprotegido na rua, qualquer pessoa pode fazer mal com a gente, é só querer, quem vai ligar? Carro também passa tirando fino da gente, trabalhar a noite que é pior, as pessoas acha que a gente é mendigo ou tá mexendo pra roubar, mas não é não, é um trabalho, tiro meu sustento dele como as outras pessoas fazem. É perigoso sim. (Sebastião, 58 anos, carroceiro).

Para as frações mais destituídas das classes populares, o trabalho revela-se, portanto, como um domínio cujas experiências são marcadas, conforme ilustram nossas entrevistas, pela pressão das urgências materiais imediatas, ingressos precoces desqualificados, alta rotatividade, violação de direitos, uso predatório da força de trabalho e pela desclassificação e desprezo social. Em outros termos, como uma realidade e espaço de miséria, violência social e inferiorização. Em vez de uma esfera de estima social, reconhecimento e direitos, a esfera do trabalho é sentida e percebida como um cotidiano vivido muito mais como rotina de experiências de desrespeito e violência social.

Sob o peso desses constrangimentos, que se enraízam no mais íntimo das sociabilidades e experiências do trabalho, a aquisição e desenvolvimento de disposições de comportamento do produ-

tor útil, tais como a atitude prospectiva, o adiamento da satisfação, a iniciativa individual e a incorporação de conhecimento especializado tornam-se extremamente penosas e infrutíferas. Afinal, os sentimentos e afetos quanto à segurança da integridade pessoal, autoestima e autoconfiança, os quais são, de fato, verdadeiras e vitais pré-condições para a incorporação daquelas disposições, são fortemente abalados. O cultivo de uma autorrelação prática e subjetiva positivas e mais autônoma do indivíduo consigo próprio é, por conseguinte, corroída. Em suma, a esfera do trabalho é, então, vivenciada como esfera de não-reconhecimento, uma esfera de desrespeito à dignidade, à individualidade e ao corpo dos trabalhadores pobres.

As condições situacionais de variação do sentido do trabalho

Como se trata de trabalhos que exigem muito fisicamente dos indivíduos, esses não são somente a prova da sua disposição, sua força, resiliência e coragem diante da vida e suas agruras. As adversidades e a aspereza das condições de trabalho são sentidas como prova da dignidade de um homem ou mulher. A disposição do corpo para suportar rotinas duras assume o caráter de uma prova moral da própria dignidade pessoal. É, a um só tempo, um recurso de autolegitimação e um apelo ao respeito social. A aceitação do sacrifício diário do corpo busca exprimir e demandar um lugar digno na ordem social, julgado como de direito e merecido enquanto homem e mulher “honesta” e “sem medo de trabalhar”:

Não tem isso de chuva, sol, dia, noite, doença não. Trabalho é trabalho. Já fui trabalhar doente, acabado, nem me aguentava em pé direito, fui pra feira ajudar pra descarregar as mercadorias, montar as bancas, carregar, ficar olhando para ninguém levar, roubar... É ruim, né fácil não, o enfado fica maior ainda, dói o corpo todo, sabe, porque trabalho em feira né

fácil não, é pesado, é duro, é sair de madrugada, escuro, no sereno, pegar no pesado para montar e tirar as coisas e fica lá no sol quente, na rua, em pé, de um lado pra outro. Né todo camarada que aguenta rojão desse, mas é isso, não tem, quem precisa, precisa, que não tem medo de trabalho é isso, tem que tirar força e ir. (Jaime, 35 anos, ajudante em feira).

O “trabalho duro” é uma orientação moral bastante forte, significativa e mobilizada em diversas situações e para diferentes fins. Ela integra, pode-se dizer, um “*ethos* de autossuperação e autossacrifício” na relação com as adversidades da vida, que são enquadradas interpretativamente, muitas vezes, como “provação” do caráter e da resiliência pessoal, e que encontra no trabalho árduo e doloroso um contexto de articulação favorável para a materialização desses significados morais. Nas classes populares, suportar e enfrentar a severidade da vida é concebido como uma virtude moral, uma prova da força do caráter.

Chamamos de provação porque é através dela que tenta-se construir e afirmar um senso de autoimagem positiva diante dos grupos familiares e de vizinhança, assim como, também, é à “dignidade do trabalho duro” que se recorre contra as atitudes de conformismo e resignação fatalista. Em situações de interação social em que relações hierárquicas predominam, ser um trabalhador disposto e resistente é mobilizado como uma espécie de “escudo moral” contra as experiências de desrespeito social e os estigmas inferiorizadores que os indivíduos dos setores populares urbanos costumam enfrentar, muitas vezes, no mercado de trabalho formal e com a burocracia estatal.

Em nossas entrevistas com os trabalhadores pobres, a referência à identidade moral de “trabalhador sério e sem moleza” supera as menções e percepções de identidade profissional. Essas foram raras. A semântica da necessidade e da autossuperação martirizante do corpo parece sobrepujar, em larga medida, o discurso de pertencimento a um grupo profissional específico. Na experiência do trabalho das camadas populares, dignidade,

necessidade e autossacrifício do corpo se imiscuem e formam o pano de fundo moral em que sua prática cotidiana e identidade como trabalhadores ganham significado, vitalidade e coesão.

(...) até levantar algum dinheiro é muito chão que você anda, dói bastante no final do dia... a vida sem dinheiro é difícil, é um dinheiro que voa logo, pra comer dois, três dias, e volta de novo pra rua, pra carroça, catar, aí você adocece e tem que ir assim mesmo porque se não vai ficar doente em casa de barriga vazia, é pior.... tudo eu faço a pé ou na carroça, sol na cabeça, cansa muito.... e isso só piora a sua cara, né?! As pessoas pensa ainda pior sobre a gente, porque vê nossa cara de doente e de fome. É duro trabalhar, é castigado, só quem é é que sabe, né pra todo mundo não, viu?! (Sebastião, 58 anos, carroceiro).

Assim como a oposição trabalho/delinquência e a provisão familiar são referentes centrais no modo como os trabalhadores pobres articulam suas definições morais de respeito social, caráter e honestidade ancorados no trabalho (Zaluar, 1985), também o sacrifício do corpo e a autossuperação física exigidos pelo trabalho desempenham papel estruturante na elaboração de autoimagens positivas de si mesmos como “pessoas direitas”, que possuem “força de vontade”, “coragem” para cumprir suas obrigações e viver dignamente. Embora essa “ética da autossuperação e do autossacrifício do corpo pelo trabalho” seja mais atuante nas frações mais estáveis e ascendentes das classes populares e trabalhadores, os chamados “batalhadores” (Souza, 2012), as frações mais destituídas e vulneráveis também a mobilizam, mesmo com trabalhos irregulares, o que mostra que elas operam sentidos de justiça e moralidade acerca da autoidentidade, do trabalho e da vida. Ainda que mais frágil, a sacralização do trabalho como fonte de virtudes morais para os indivíduos não é, de modo algum, ausente do horizonte valorativo das frações socialmente mais desqualificadas das classes populares.

É importante ressaltar que a relação instrumental com o trabalho também não está ausente nas classes médias. No entanto, a

instrumentalidade do trabalho está a serviço de elementos pessoais da individualidade. Ou seja, mesmo indiretamente o trabalho contribui para o sentimento de autorrealização.

Não era vocação, é que trabalho para mim, partindo mais para o lado pessoal agora, era só um meio de me garantir recurso, para eu poder fazer as coisas que eu realmente gosto. (Morgana, 34 anos, Técnica Veterinária do Ministério da Agricultura).

Nesse ponto das relações subjetivas com o trabalho, as classes médias se apresentam como uma realidade extremamente contrastante com o universo dos mais destituídos das camadas populares e sua relação com o trabalho. Enquanto nessas últimas o trabalho é vivido como necessidade e martírio do corpo, e os sentimentos de autorrealização estão ligado à “provação do caráter” pelo trabalho duro, em alguns indivíduos da classe média, por sua vez, encontramos o sentimento da autorrealização pessoal na atividade profissional mais ligado à marca, ao reconhecimento e à contribuição da própria individualidade:

Certo, eu tenho a imensa sorte de poder trabalhar com o que eu gosto, não é todo mundo que consegue, (...), muita gente tem um sonho e vai tentar e vai ter que fazer uma outra coisa porque às vezes não dá certo, eu tenho realmente a graça agora de conseguir trabalhar com o que eu queria estar fazendo, dando aula de música e tocando, então a maior satisfação, a maior satisfação que eu poderia ter, é realmente, posso dizer, estar fazendo o que eu tô fazendo, é tocando com os meus melhores amigos nos finais de semana e conseguindo formar gente, formar opinião, de pessoas que me procuram e que acham que o que eu tenho pra passar é valioso (Frederico, 33 anos, professor de música).

(...) eu acho que eu consigo deixar algo de meu lá, eu consigo ver, eu consigo por em prática as minhas ideias, em meio às dificuldades que se tem, eu vejo a materialidade, um projeto que chegou a ser finalista a nível nacional, as pessoas que eu já ajudei estão trabalhando, saíram do desemprego,

adolescente que estava em situações de medidas socioeducativas, por causa de um ato infracional e hoje tiveram outro rumo, são pais de família, é... estão trabalhando de carteira assinada e hoje me param na rua e falam “poxa, brigado”, às vezes me trazem até presente, então isso, essa materialidade de eu ver que tem algo de meu ali, concreto no trabalho, realmente me “gratifica” muito. (Paulo, 29 anos, Psicólogo).

Porém, a coerção das urgências materiais mais imediatas não significa que ideais de autodeterminação não façam parte do horizonte de expectativas subjetivas dos indivíduos das classes populares. Em alguns perfis individuais de baixa renda encontramos aspirações de autenticidade represadas em decorrência da urgência material, como o caso de Wilson, assistente de serviços gerais numa universidade e que sonha com o reconhecimento como escritor enquanto luta pela sobrevivência material e com as cobranças familiares e dos amigos para deixar de lado os “sonhos e delírios” de autenticidade e se adequar às “regras do jogo”, isto é, ao senso de responsabilidade com as atividades sociais de produção e reprodução da vida diária (trabalho, casamento e família).

Repensando a precariedade para além do “habitus precário” e da “ralé estrutural”⁷

Nos últimos quinze anos, a literatura científica sobre desigualdade e classe social experimentou um renovado interesse analítico por parte dos cientistas sociais brasileiros. Não somente observou-se o retorno do interesse para a questão da classe so-

7 Nossa interlocução crítica com Jessé Souza considerou apenas os escritos entre os anos de 2000 e 2010. Essa “primeira fase” da obra de Souza pode ser subdividida em dois momentos: um mais “teórico-sistemático” (“A modernização seletiva” [2000], “A construção social da subcidadania” [2003] e “A invisibilidade da desigualdade brasileira” [2006]), e um outro momento mais “empírico-aplicado” de sua teoria sociológica (“A ralé brasileira” [2009] e “Os Batalhadores” [2010]). Não consideramos os escritos posteriores em nossa discussão – publicações a partir da “A tolice da inteligência brasileira” [2015] – porque entendemos não haver mudanças e inovações teóricas significativas nos conceitos aqui tratados.

cial, como também ocorreu acalorado debate acerca dos melhores meios conceituais de definir a classe social (Souza, 2010; Pochmann, 2012; Scalon, Salata, 2012). E naquele cenário de debate acadêmico que animou a primeira década deste século, Jessé Souza foi um dos nomes que se destacaram na teorização sobre as classes sociais, principalmente depois que publicou “Os Batalhadores Brasileiros” (2010) e rivalizou com Marcelo Neri (2008) acerca da melhor definição a ser utilizada para qualificar segmentos das classes populares que experimentaram na primeira década deste século melhorias significativas em seus padrões de vida material (Yaccoub, 2011). De fato, desde 2003 – ano de publicação de “A construção social da subcidadania” – Souza vinha acumulando seguidas investigações teóricas e empíricas sobre a especificidade da desigualdade brasileira e chegou a formular e desenvolver uma teoria da análise de classe que ele mais considerava adequada ao caso brasileiro (Souza, 2003, 2006, 2009, 2010).

Tal como pensado por Jessé Souza (2003), a diferença entre classes sociais não se restringe apenas às condições materiais de existência, mas sobretudo pelo *habitus* de classe. Insatisfeito com as interpretações “economicistas” da classe social – seja aquelas centradas na “renda econômica”, seja aquelas que salientam a relação entre capital-trabalho (marxistas) – Souza procurou desenvolver uma abordagem “sociocultural” de classe que também se apresentava como uma possibilidade de superação de pares de oposição clássicos das Ciências Sociais (materialismo/idealismo, estrutura/ação, economia/cultura, ideias/práticas). E, para ele, a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu se apresentava inicialmente com o melhor ponto de partida teórico para o desenvolvimento renovado do conceito de classe social que fosse ao mesmo tempo teoricamente sensível às exigências metateóricas da teoria social contemporânea e também aos dilemas da modernidade tardia.

Porém, Souza também acreditava que não bastava transplantar o conceito bourdieusiano de *habitus* de classe ao contexto brasileiro, mas se fazia igualmente necessário revisá-lo e recontex-

tualizá-lo ao ambiente cultural e institucional específico da modernidade periférica (Souza, 2003, p. 153-188; 2006, p. 23-54). Souza então desenvolveu uma atualização sistemática da teoria do *habitus* a partir de uma síntese teórica entre Pierre Bourdieu e Charles Taylor, na qual formulou um esquema conceitual tripartite de *habitus* (*habitus* primário, *habitus* secundário e *habitus* precário) de modo a torná-lo mais operacional na aplicação e análise de classe no contexto específico das sociedades de modernização periférica, a exemplo do Brasil (Souza, 2003, 2006).

Neste trabalho, compartilhamos da tese de Jessé Souza segunda a qual as classes sociais definem-se, também, por uma gênese sociocultural, isto é, pela produção social de indivíduos e *habitus* a partir de estímulos, experiências, práticas e valores vivenciados, transmitidos e incorporados no transcurso da socialização. As classes sociais, como demonstram suas mais diversas pesquisas empíricas, têm a ver com a produção de modos de ser e pensar, os quais, numa sociedade desigual, são, com efeito, também desiguais, originando indivíduos e *habitus* diferenciais.

No entanto, com base nos dados de nossa experiência etnográfica com interlocutores/as das classes médias e populares do Nordeste, percebemos que Souza adotava um certo primado equivocado da socialização familiar como “agência institucional” decisiva dos destinos sociais das classes brasileiras. Sua dedução dos “*habitus* de classe” a partir de um único âmbito de socialização dos indivíduos, como no caso da noção de “*habitus* precário” (Souza, 2003), se fecha na socialização familiar.

De fato, há razões igualmente teóricas e empíricas para não aceitarmos mais esse tipo de explicação exclusiva que busca apreender os “*habitus* de classe” a partir de um único âmbito de socialização dos indivíduos. Tal redução incorre numa unidimensionalidade que perde de vista as interdependências e a multidimensionalidade do mundo social contemporâneo, logo, a heterogeneidade e complementaridade das condições e expe-

riências que produzem, consolidam, ativam e inibem as disposições de comportamento nos mais diversos contextos e regime de práticas (Lahire, 2002).

Souza (2006, p. 36-37) acerta na crítica ao limite “contextual” de aplicação da análise bourdieusiana das classes sociais. As diferenças histórico-institucionais entre as experiências de classes em sociedades como a francesa e a brasileira são cruciais e não podem ser ignoradas. Na primeira, se construiu um consenso normativo generalizado sobre a noção de dignidade humana e que se encontra “materializado” no *Welfare State*. Ao passo que, na segunda, somente a partir da “Constituição de 1988” ensaiou-se uma versão de políticas de cidadania típicas do *Welfare*. Porém, curiosamente, Souza ignora que a mesma ausência do Estado de Bem-estar Social também explica o caráter dilatado e transinstitucional da experiência de precariedade das classes populares numa sociedade como a brasileira, fenômeno esse também observado e demonstrado (numa escala *macro*) por Adalberto Cardoso (2010, p. 272-273) quando ele destaca a ausência de um “regime de transição escola-trabalho” ou a inexistência do mesmo “padrão fordista de trajetória de vida” encontrado em sociedades do Atlântico Norte.

Nesse sentido, a discussão sobre a produção do “*habitus* de classe” somente faz sentido, em todo seu alcance e potencialidade analítica, se articularmos as experiências do trabalho em suas relações de interdependência com as experiências socializadoras e as condições objetivas de outras esferas sociais, como a família, o sistema escolar, o consumo e lazer, e os regimes de práticas diversos que as constituem. Em “Os Batalhadores Brasileiros” (Souza, 2010), Jessé e os demais autores abrem o modelo e suas pesquisas para a influência e os efeitos “disposicionais” da socialização religiosa, de corte principalmente “protestante”. Porém, não avançam além dela e, mesmo assim, a tomam como uma espécie de “*habitus* secundário corretor”, isto é, capaz de dotar o indivíduo das disposições planificadoras e racionais que

faltariam à ralé e ao seu “*habitus* precário”.

Em outros termos, Jessé Souza acaba por construir um quadro demasiadamente homogêneo do comportamento de cada classe social. Essa homogeneidade fica evidente, por exemplo, quando ele interpreta as classes populares como destituídas de “disposições expressivistas”, isto é, orientadas exclusivamente por uma ética da necessidade ou da dignidade. De fato, se considerarmos o comportamento das classes populares apenas no domínio prático do trabalho sob um ângulo mais geral, acabamos concordando com a tese de Souza. No entanto, quando observamos os mesmos perfis individuais das classes populares em outros contextos de ação, ou mesmo se incluímos um corte etário, geracional ou de atividade laborativa, descobrimos que suas disposições são mais heterogêneas do que se imagina.

Com efeito, seria mais sensato considerar que, em geral, as disposições expressivistas não são ativadas no contexto do trabalho, mas que podem se fazer presentes em outros domínios da ação, tais como o consumo, o lazer e as sociabilidades de amizade. Isso ocorre porque é o contexto situacional do trabalho precarizado e desqualificado que ativa apenas as disposições éticas mais utilitárias. Por causa da urgência material, muitos perfis das classes populares não conseguem vivenciar plenamente suas aspirações de autenticidade, o que não significa ausência de moralidades e ideais de boa vida. Mais, a precariedade fragiliza absurdamente a liberdade de autodeterminação, isto é, o contexto situacional de precariedade do trabalho constrange fortemente as possibilidades de agir em conformidade com o ideal de autenticidade.

Ao contrário da concepção “monosocializada” do *habitus* precário de Jessé Souza e colaboradores (2009), que tem na “socialização primária original” da família sua exclusiva fonte geradora das disposições responsáveis pela precariedade, propomos, seguindo a perspectiva teórica de Bernard Lahire, um entendi-

mento “multisocializado” do *habitus* precário, o qual deve ser entendido, a nosso ver, de maneira mais processual, e, além do mais, formado, reforçado e retroalimentado por múltiplas inserções malsucedidas e fragilizadas com as instituições, tais como escola e trabalho. É por essa razão que não utilizamos diretamente o conceito de “ralé estrutural”. A nosso ver, esse padece dos mesmos deficits sociológicos e da unidimensionalidade que a concepção e abordagem de Jessé Souza sobre o *habitus* precário.

Nesse sentido, acreditamos que uma maior ênfase na sociologia à escala individual de Bernard Lahire abre a possibilidade de analisar as classes populares sem reduzi-las a negatividade disposicional e a ausência de capitais. Mais, a “precariedade disposicional” para a competição social pode ser agora entendida como se processando para além de uma única e exclusiva esfera institucional (a família), envolvendo, na verdade, um circuito de socializações múltiplas (Lahire, 2002) e simultâneas. Essas são definidas por socializações e institucionalidades precárias e anômicas que se reforçam e se retroalimentam, resultando numa acumulação de desvantagens e dificuldades diposicionais e estruturais para os indivíduos e famílias das classes mais empobrecidas e destituídas brasileiras.

Considerações finais

As trajetórias e experiências individuais e familiares de homens e mulheres na esfera de trabalho discutidas neste artigo refletem, de maneira contundente e, por vezes, visceral, os vínculos com a problemática da desigualdade e das classes sociais, principalmente a vulnerabilidade social e moral dos indivíduos das classes populares na relação da vida com o trabalho. Mais ainda: como as condições e contradições das realidades objetivas e subjetivas das classes e da desigualdade social estão incorporadas nas experiências vividas dos indivíduos e nos significados que esses atribuem ao trabalho, expondo a luta incessante e

inarticulada pelos recursos materiais e simbólicos de estima e reconhecimento social.

A partir de uma argumentação macrossociológica sobre a construção da esfera do trabalho no Brasil e da análise empírica das experiências vividas das frações mais destituídas das classes populares com o trabalho, e suas diferenças qualitativas em comparação aos indivíduos das classes médias, tentamos sustentar a tese de que a especificidade histórica e social do mundo do trabalho brasileiro consiste no seu caráter fortemente seletivo e desigual em termos de reconhecimento social, experiências e significados. A construção do mundo do trabalho em nosso país se orientou por um padrão de dominação “antissocial” na sua relação com os trabalhadores mais destituídos e com as suas condições de vida e demandas em geral (Cardoso, 2010). O que torna este domínio da ação social no Brasil uma esfera historicamente produtora de subcidadania e de experiências de desclassificação social, precariedade e violência. Não obstante as importantes inovações institucionais e mudanças de orientação das políticas públicas das últimas décadas (Arretche, 2015), que criaram um suporte social capaz de amortecer, em certo grau, os efeitos mais deletérios da desigualdade, o padrão de subcidadania e desrespeito social persiste.

Seguramente, o mundo do trabalho é constituído por uma pluralidade de mundos. Seria um erro concluir que neste artigo demos conta da totalidade deles, mesmo no universo das classes populares e médias que abordamos. Em especial, as classes populares são compostas e atravessadas por diferentes mundos vividos do trabalho, estruturados também por marcadores sociais como gênero, raça, região e idade. Nossa pretensão foi explorar alguns desses “universos simbólicos e práticos de classe” produzidos e enraizados nas experiências vividas com o trabalho, assim como discutir como essas e seus efeitos se articulam a formas diferenciadas de classificação e desclassificação social dos indivíduos.

Em um momento de fortes mudanças no padrão de regulação do trabalho (Krein, Oliveira & Filgueiras, 2019) e de agudização da vulnerabilidade material e existencial pelas consequências da pandemia da Covid-19, a investigação das desigualdades vividas se impõe como urgência e centralidade na agenda de pesquisa das Ciências Sociais. E, nesse sentido, sustentamos, deve ser movida e impulsionada por uma poderosa e corajosa imaginação teórica e empenho empírico para conhecer, de maneira diversa e profunda, as experiências vividas das classes sociais nos mais diferentes âmbitos da vida, e não apenas o trabalho, por mais estruturante e relevante que ele seja. Certamente, tal esforço investigativo será útil para que atores, instituições e políticas se mostrem à altura da complexidade e da profundidade dos problemas a serem enfrentados. E, desse modo, com sensibilidade e compromisso, possam ver e ouvir as vidas precarizadas e maltratadas pela força dilapidadora de presentes e futuros dos “moinhos de gastar gente” da desigualdade de classe brasileira.

Referências

Antunes, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2000.

Arretche, Marta. **Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos.** São Paulo. Unesp, 2015.

Barbosa, Alexandre. **A formação do mercado de trabalho no Brasil.** São Paulo. Alameda, 2008.

Bertaux, Daniel. **Los relatos de vida: una perspectiva etnosociológica.** Barcelona, Edicions Bellaterra, 2005.

Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Bourdieu, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

Bourdieu, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São. Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

Bourdieu, Pierre. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2001.

Cardoso, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro, FGV, 2010.

Cardoso, Adalberto. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro.** Rio de Janeiro. FGV, 2013.

Castel, Robert. **Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

Castel, Robert. As armadilhas da exclusão. In: Castel, R; Wanderley, L. E. W.; Belfiore-Wanderley, M. **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 2004

Cunha, Olivia Maria Gomes da & Gomes, Flavio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

Dejours, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** São Paulo. Cortez, 1998.

Dubar, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** Portugal: Porto editora, 1997.

Durkheim, Emile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Ferraro, Alceu Ravello. História quantitativa da alfabetização no Brasil. In: Ribeiro, Vera Masagão. **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INEF 2001.** São Paulo: Global, 2003, p. 195-207.

Figueiredo Santos, José Alcides. Posições de classe destituídas no Brasil. In: Souza, Jessé. **A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive.** Belo Horizonte, UFMG, 2009.

Figueiredo Santos, José Alcides. Comprehending the Class Structure Specificity in Brazil. **South African Review of Sociology**, v.41, n.3, 2010, p. 24-44.

Furtado, Celso. **A formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1977.

Gebara, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888).** São Paulo. Brasiliense, 1986.

Gimenez, Denis Maracci; Krein, José Dari. Terceirização e o desorganizado mercado de trabalho brasileiro. In: Teixeira, Marilane Oliveira; Rodrigues, Helio; COELHO, Elaine d'Ávila (Org.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade.** São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016. p. 17-33.

Guimarães, A. S.; Agier, M.; Castro, N. A. (Org.) **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: Hucitec ; Paris: Orstrom , 1995

Gorz, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

Honneth, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

Honneth, Axel. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Krein, José Dari; Oliveira, Roberto Verás de; Filgueiras, Vitor Araújo (org.) **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas, SP. Curt Nimuedajú, 2019.

Kowarick, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Lahire, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

Lahire, Bernard. **Homem Plural: os determinantes da ação**. Editora Vozes, 2002.

Lahire, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

Lahire, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia em escala individual. **Sociologias, Problemas e Práticas**, nº 49, 2005.

Lahire, Bernard. **A Cultura dos Indivíduos**. Porto Alegre, Artmed, 2006.

Marx, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

Neri, Marcelo (coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FVG/IBRE, 2008.

Offe, Claus. **Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

Paugam, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Portugal, Porto Editora, 2003.

Paugam, Serge. **Le salaríé de la précarité – Les nouvelles formes de b'intégration professionnelle**. Paris, PUF, 2007.

Paugam, Serge. (Org.). **A pesquisa sociológica**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2015.

Pochmann, Marcio. **Nova Classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo, Boitempo, 2012.

Prado Junior, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Santos, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

Scalon, Celi; Salata, André. Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. **Soc. Estado**. Brasília, v. 27, n. 2, 2012, p. 387-407.

Sennett, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. São Paulo, Editora Record, 2005.

Souza, Jessé. **A Construção da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

Souza, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

Souza, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

Souza, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

Vianna, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Weber, Max. *Classe, estamento, partido*. In: Gerth Hans, Mills Wright (eds). **Ensaaios de sociologia**. Rio de Janeiro. Guanabara, 1982, p. 221-228.

Weber, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Yaccoub, Hilaine. A chamada “nova classe média”: cultura material, inclusão e distinção social. **Horiz. antropol**. Porto Alegre, v. 17, n. 36, 2011, p. 197-231.

Zaluar, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985.

Recebido em 07/04/2020

Aceito em 10/05/2021

